



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2017
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

**Contrato n.º XX/2017
SEI Nº 0002693-61.2017**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AUDITORIA PARA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA
DE GESTÃO DA QUALIDADE, CONFORME
NORMA NBR ISO 9001:2008, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO TOCANTINS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **União**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, sediado na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, em Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, divorciado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91 —, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXX XX**, na cidade de **XXXXX/XX**, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, vinculando-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº. 17/2017 e a proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e, principalmente, pelas disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria externa, para recertificação do sistema de gestão de qualidade do TRE/TO, com vistas à atestação da conformidade do referido sistema com a Norma NBR ISO 9001:2015,

de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Eletrônico nº 17/2017), parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

1.2. Especificação e características do objeto

1.2.1.1. Escopo da Certificação

- ✓ O escopo da certificação é a “**Gestão dos Processos Eleitoral no Estado do Tocantins**”, envolvendo os seguintes processos:

- a) Planejamento Estratégico;
- b) Comunicação;
 - b.1) Comunicação (Ouvidoria).
- c) Planejamento para Eleições;
- d) Cadastro de Eleitores;
- e) Votação;
- f) Apuração;
- g) Atendimento ao Eleitor (28º ZE – Miranorte –);
- h) Diplomação;
- i) Trâmite Processual Judicial (1º e 2º graus);
- j) Orçamento;
- k) Gestão de Bens e Serviços;
- l) Gestão de Urnas;
- m) Gestão de Pessoas (Desenvolvimento e Alocação);
- n) Infraestrutura Tecnológica;
- o) Prestação de Constas Eleitorais (Eleições Gerais e Municipais);
- p) Logística para Zonas Eleitorais;
- q) Votação Paralela;
- r) Inspeção nas Zonas Eleitorais.

1.2.2. Quadro de Funcionários envolvidos

- ✓ O número de pessoas que estão envolvidas com o sistema de gestão da qualidade, incluindo terceiros, é de cerca de 100 (cem) pessoas.

1.2.3. Localidade da prestação de serviços

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Endereço 1: sede TRE

Quadra 202 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2
Plano Diretor Norte – Palmas – TO.
CEP 77.006 – 21481

Endereço 2. Anexo I

Quadra 103 Norte, Av. LO-02, Nº 53
Plano Diretor Norte – Palmas – Tocantins
CEP. 77.001-022

Endereço 3. Anexo II – Central de Urnas Eletrônicas

Quadra 203 Norte Alameda 8 Lote 1 C
Plano Diretor Norte – Palmas/TO
CEP 77006-884

Endereço 4 – Sede do Cartório Eleitoral da 28ª ZE (Miranorte)

AV. Alfredo Nasser, QD. 109-A, LT. 1-A
Vila Maria
CEP 77.660-000

Obs: Distância aproximada de 100 Km de Palmas – TO

Endereço 5 - Sede da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA)

Quadra 112 Sul, Rua SR 03, Lote 32,
Plano Diretor Sul, Palmas/TO
CEP: 77.020-172

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato será de forma indireta por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Todas as auditorias devem ser presenciais, ou seja, realizadas nas instalações do TRE/TO, nos endereços identificados neste termo de referência.

3.2. TRE/TO possui certificação NBR ISO 9001, desde 2005, sendo a última auditoria de manutenção realizada em novembro de 2016, na versão 2008.

3.3. O TRE/TO possui outra certificação similar à Norma NBR ISO 9001, denominado Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral desde 2013.

3.4. A documentação da qualidade está sendo reformulada para atender aos requisitos da versão 2015.

3.5. Os locais onde serão realizadas as auditorias são os constantes do item 1.2.3.

3.6. Processos/pessoal envolvido no escopo, por unidade:

PROCESSO	DESCRIÇÃO	* UNIDADES ENVOLVIDAS	QTDE SERVIDORES	LOCALIDADE
Apuração	Processo no qual são realizadas as atividades de monitoramento da transmissão dos boletins de urna ao TRE e o processamento dos dados (totalização) para sua divulgação.	COSEL STI	7	SEDE ANEXO II
Atendimento	Processo no qual são realizadas as	28º ZE	5	28ª ZE

ao Eleitor	atividades de alistamento, revisão de dados, alteração de locais de votação, transferência de domicílio, certidões e emissão de 2ª via do título.			
Gestão de Bens e Serviços	Processo no qual são realizadas as atividades de identificação dos materiais e serviços necessários para a realização do processo eleitoral e as suas respectivas aquisições e/ou contratações. Envolvendo, ainda, no caso de bens, o recebimento, separação, transporte e entrega dos equipamentos, suprimentos, material de expediente, impressos e outros que serão utilizados pelas unidades da secretaria e pelos cartórios eleitorais nas eleições. No caso de serviços, o processo encerra-se com a contratação.	COMAP SETRAN DG SECONT SECOM SELIC/SPA.	7	SEDE
Cadastro de Eleitores	Processo no qual são realizadas as atividades de monitoramento e suporte ao cadastro de eleitores executado nas zonas eleitorais.	COSEL SECASE ZONAS	3	ANEXO II
Comunicação	Processo no qual são realizadas as atividades de gerenciamento das relações com os clientes, através da ouvidoria, e com os meios de comunicação em geral, bem como o planejamento e execução das campanhas institucionais para as eleições, em conformidade com as diretrizes propostas pelo TSE e estabelecidas no Plano de Comunicação para o Tribunal.	ASCOM	10	SEDE
Diplomação	Processo no qual são realizadas as atividades de confecção de diplomas, organização da sessão regimental de formalização do ato jurisdicional de entrega dos mesmos, o qual legitima e habilita aos candidatos eleitos a tomarem posse nos respectivos cargos, até a terceira suplência.	COJUD SEDIP SEARA ASCOM CORTE	5	SEDE
Gestão de Pessoas	Processo no qual são realizadas as atividades de seleção, capacitação e lotação das pessoas envolvidas diretamente no processo eleitoral.	SGP COEDE COPES COMED	10	SEDE ANEXO I

		SGP		
Gestão de Urnas	Processo no qual são realizadas as atividades de relacionadas à gestão do ciclo de vida, desde o aceite até o descarte das urnas eletrônicas.	COSEL SEVUE SETRAM COSEG SPA	7	ANEXO II
Infraestrutura Tecnológica	Processo no qual são realizadas as atividades necessárias para o pleno funcionamento do ambiente de Tecnologia da Informação direcionadas ao processo eleitoral, através da prospecção, aquisição, implantação e manutenção dos equipamentos de microinformática, comunicação de dados e serviços essenciais de tecnologia da informação.	CSI SEMAU SEGIT SERES	7	SEDE
Inspeção	Processo no qual são realizadas as atividades de inspeções nas Zonas Eleitorais, conforme critérios estabelecidos pela Corregedoria Regional Eleitoral.	CRE EQUIPE DE INSPEÇÃO	7	SEDE
Logística para Zonas Eleitorais	Processo no qual são realizadas as atividades de monitoramento das ações específicas desencadeadas nas zonas eleitorais, referentes à execução do plano das eleições (convocação e treinamento de mesários, locais de votação, equipamentos e sistemas, segurança, transporte, transmissão de resultados, entre outras).	COSEL ZONAS	2	ANEXO II
Orçamento	Processo no qual são realizadas as atividades de elaboração da proposta orçamentária e monitoramento da execução das despesas referentes à contratação de serviços, aquisição de materiais, locações, despesas com diárias, indenizações e auxílio alimentação para mesários e colaboradores.	COFIN SPGO SEOF	7	SEDE
Planejamento das Eleições	Processo no qual são realizadas as atividades de planejamento, monitoramento da execução, avaliação e suporte à implementação de melhorias nos processos de realização das eleições, desdobrado nos níveis	ASPEQ	3	SEDE

	estratégico, tático e operacional.			
Prestação de Contas Eleitorais (Eleições Gerais e Municipais)	Processo no qual são realizadas as atividades de exame das prestações de contas de campanha eleitoral, capacitação de servidores envolvidos e orientação a prestadores de contas (candidatos e partidos políticos).	CCIA SECEP	3	SEDE
Trâmite Processual Judicial	Processo no qual são realizadas as atividades de protocolização, autuação, distribuição e publicação dos atos relativos às classes processuais de Ação Cautelar, <i>Habeas Corpus</i> , Mandato de Segurança, Prestação de Contas, Registro de Candidaturas (eleições gerais) e Recurso em Registro de Candidatura (eleições municipais).	SEPEX SEADIP SEIP SEARA SECEP PROCURA- DOR GABINTES/M PE/DPU/DPF/ PFN ZONAS PROMOTOR JUIZ ELEITORAL	10	SEDE
Votação	Processo no qual são realizadas as atividades de monitoramento do funcionamento das seções eleitorais no dia das eleições, no período compreendido entre a instalação da mesa receptora de votos e o término da coleta de votos, com o registro de ocorrências e o desencadeamento de providências para a solução de problemas técnicos, logísticos ou de outra natureza que impliquem na interrupção ou atraso da votação.	COSEL STI ZONAS	10	ANEXO II
Votação Paralela	Processo no qual é realizada, por amostragem, a verificação do funcionamento correto dos programas das urnas, sob condições normais de uso, sendo sorteadas no dia anterior às eleições duas urnas (capital e interior) para, no dia das eleições, serem auditadas, conforme os procedimentos estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ao final é verificada a coincidência dos resultados obtidos nas Urnas com os dos relatórios emitidos pelo	COMISSÃO	4	SEDE

	Sistema de Apoio à Votação Paralela – SAVP.			
Planejamento Estratégico	Processo no qual são formuladas missão, visão, análise swot, perspectivas, objetivos, indicadores, a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e sua evolução esperada.	PLENO COGETIC ASPLAN-DG NUEGE GESTORES DE INDICA- DORES E PROJETOS	3	SEDE

*Foram considerados os servidores que atuam diretamente na gestão de cada processo.

3.7. Produtos esperados

3.7.1. A seguir apresenta-se a lista dos produtos/serviços específicos previstos para serem desenvolvidos pela CONTRATADA:

- ✓ **Etapas 1 – Auditoria inicial/transição** (análise documental, abrangendo todos os processos envolvidos no escopo de certificação, com vistas a verificar preliminarmente a adequação e implementação do sistema de gestão da qualidade aos moldes da NBR ISO 9001:2015);
- ✓ **Etapas 2 – Planejamento** (análise documental e preparação da programação, abrangendo todos os processos envolvidos no escopo de certificação) e **realização** (análise documental, entrevistas e acompanhamento do plano de ação corretiva) de Auditoria de recertificação, com base na NBR ISO 9001:2015, e emissão de certificados com acreditação do INMETRO ou Órgão Acreditado por Autoridades Acreditoras Estrangeiras reconhecidas em tratados e/ou convênios internacionais dos quais o INMETRO faça parte, com validade de 3 anos, a ser realizada no segundo semestre de 2017;
- ✓ **Etapas 3 – Primeira auditoria de manutenção/acompanhamento** da certificação na Norma NBR ISO 9001:2015 e emissão de relatórios, a ser realizada em 2018;
- ✓ **Etapas 4 – Segunda auditoria de manutenção/acompanhamento** da certificação na Norma NBR ISO 9001:2015 e emissão de relatórios, a ser realizada em 2019.

3.8. Metodologia de Avaliação dos Serviços

3.8.1. CONTRATADA deverá apresentar os produtos/serviços em consonância com o cronograma de execução.

3.8.2. Os produtos/serviços entregues serão submetidos à avaliação da Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ/TRE – TO e, conforme a verificação de sua efetividade, será realizada a aceitação dos mesmos por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O presente contrato tem o preço global de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, em conformidade com os valores apresentados na proposta da Contratada, e assim distribuídos:

ITEM	ATIVIDADE	VALOR
1	Auditoria inicial/transição	-
2	Auditoria de recertificação	-
3	1ª Auditoria de manutenção	-
4	2ª Auditoria de manutenção	-
5	Emissão de certificados com Acreditação do INMETRO ou Órgão Acreditado por Autoridades Acreditoras Estrangeiras reconhecidas em tratados e/ou convênios internacionais dos quais o INMETRO faça parte	-
TOTAL		-

4.2. Os preços acima contemplam todos os encargos de qualquer natureza, impostos, taxas, custos de emissão e manutenção dos certificados, fretes, estadia, transporte, alimentação e tudo que se fizer necessário para a prestação do serviço objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ.

5.2. Somente serão pagas as parcelas dos serviços efetivamente executados.

5.3. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na Conta Corrente XXXXXXX, Agência XXXXX, da XXXXXXXXXXXXXXXX.

5.4. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e Agência para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento, bem como o número da nota de empenho.

5.5. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda

optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

5.6. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Contratado ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

5.7. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

5.8. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

5.9. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

5.10. Não serão pagos os produtos fornecidos em desacordo com a quantidade e as especificações detalhadas neste Contratado.

5.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Havendo alteração nos valores de mercado, os preços, somente poderão ser reajustados após 12 (doze) meses de vigência do contrato, usando-se como fator de correção o IPC/FIPE ou outro índice oficialmente designado para se aplicar aos contratos, a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa com a presente contratação correrá a conta dos recursos disponibilizados na Dotação Orçamentária: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral e Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.35.02 – Serviços de Consultoria – Auditoria Externa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Sem prejuízo das disposições previstas em lei, constituem-se obrigações das partes:

8.1.1. DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços em conformidade com este instrumento, obedecendo rigorosamente o disposto no Edital de Concorrência e seus anexos, independentemente de transcrição ou anexação;
- b) Realizar auditoria de certificação do sistema de gestão da qualidade do TRE – TO, atestando a sua eventual conformidade com as normas nacionais e internacionais apropriadas;
- c) Realizar auditorias de manutenção, visando assegurar que o sistema de gestão da qualidade do TRE – TO permanece em conformidade com as normas em que foi certificado;
- d) Emitir o competente certificado atestando que o sistema de gestão da qualidade do TRE – TO está conforme a norma NBR ISO 9001:2015, com acreditação do INMETRO ou Órgão Acreditado por Autoridades Acreditadoras Estrangeiras reconhecidas em tratados e/ou convênios internacionais dos quais o INMETRO faça parte;
- e) Responsabilizar-se pelas consequências de eventuais omissões ou erros que possam ocorrer por sua conduta ou de seus funcionários, promovendo a sua imediata correção, arcando com os custos, inclusive de responsabilidades civis;
- f) Apresentar, em tempo hábil, antes das auditorias programadas, programa de auditorias contendo as informações pertinentes e/ou julgadas necessárias para o cumprimento das cláusulas contratuais;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Dispor de pessoal qualificado para certificar o desempenho dos processos e conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE/TO, CONFORME a Norma NBR ISO 9001:2015;
- i) Fixar as datas das auditorias em comum acordo com o TRE/TO, obedecendo-se o período informado para a sua execução ou em data próxima caso haja necessidade de prorrogação, com a devida apresentação de justificativa e consequente aprovação pela Alta Direção;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços a que se obriga sem prévia e expressa anuência do TRE/TO;
- k) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao TRE/TO ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente;
- l) Emitir a quantidade de 7 (sete) certificados, originais na versão em português, em placa metálica.

8.1.2. DO CONTRATANTE

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos ou consultores da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE relacionadas à execução do contrato;
- b) disponibilizar as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- d) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- e) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A presente contratação tem vigência de 3 (três) anos, contados a partir da sua assinatura, preservando-se a validade do certificado, caso essa datas não sejam coincidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro do limite previsto no Art. nº 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução dos serviços será fiscalizada e acompanhada por servidor da Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade – ASPEQ da Contratante, embora seja a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto deste Contrato.

11.2. A Fiscalização registrará nos autos administrativos respectivos os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas.

11.3. Cabe à Fiscalização conferir e atestar as notas fiscais/faturas referentes aos serviços executados.

11.4. Os produtos/serviços entregues serão submetidos à avaliação da ASPEQ/TRE – TO e, conforme a verificação de sua efetividade, será realizada a aceitação dos mesmos por parte da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato às hipóteses previstas no art. 77 e nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

12.2. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo;

12.3. A rescisão contratual, precedida da devida autorização da **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

- a) Formalizada através de ato unilateral da **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;
- b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O atraso injustificado do início dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% (zero vírgula quatro por cento);
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,8% (zero vírgula oito por cento), limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

13.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

13.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

13.5. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento através do Sistema Eletrônico de Informações da Contratante.

Palmas - TO, _____ de abril de 2017.

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral – TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração / TRE-TO

